

CENTRAL EÓLICA BAIXA DO FEIJÃO II S.A.					Demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2021				
Balancos patrimoniais - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de Reais)					Demonstrações de resultados - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de Reais)				
Ativo					Receita operacional líquida				
Circulante					Custo do serviço de energia elétrica				
Caixa e equivalente de caixa					Custo com energia elétrica				
Concessionárias					Encargos de uso da rede elétrica				
Cauções e depósitos vinculados					Energia elétrica comprada para revenda				
Adiantamento a fornecedores					Custo de operação				
Despesas antecipadas					Depreciações e amortizações				
Outros créditos					Materiais e serviços de terceiros				
Não circulante					Outros custos de operação				
Imposto de renda e contribuição social diferidos					Lucro bruto				
Partes relacionadas					Despesas e Receitas				
Cauções e depósitos vinculados					Despesas gerais e administrativas				
Imobilizado					Outras despesas e receitas operacionais				
Intangível					Resultado antes do resultado financeiro, participações societárias e tributos				
Total do ativo					Resultado das participações societárias				

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Central Eólica Baixa do Feijão II S.A. ("Companhia" ou "Baixa do Feijão II"), Sociedade Anônima de capital fechado, constituída em 5 de outubro de 2011, controlada pela EDP Renováveis Brasil S.A. (EDPR), tem como objeto social a realização de estudos, projetos, construção, instalação, implantação, operação comercial, manutenção, exploração do potencial da Central Eólica Baixa do Feijão II, e a comercialização da energia a ser gerada por esse empreendimento, bem como a prática de atos de comércio em geral, relacionados a essas atividades. A Companhia tem sede e foro na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3729, 9º andar, sala 04, Itaim, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo. 1.1. **Autorização do Parque Eólico Baixa do Feijão II:** A Portaria do Ministério de Minas e Energia - MME nº 471 de 10 de agosto de 2012 autorizou a Companhia a estabelecer-se como Produtora Independente de Energia Elétrica mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL Baixa do Feijão II, constituída de 15 Unidades Geradoras de 2.000 kW, totalizando 30.000 kW de capacidade instalada, 14.500 kW médios de garantia física normativa para prevenir e conter o risco de pandemia, no estado do Rio de Janeiro. A autorização vigorará pelo prazo de 35 anos, sendo o início em 14 de agosto de 2012 e o término em 14 de agosto de 2047, podendo ser prorrogada a critério da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e a pedido da autoridade. A usina geradora de energia elétrica entrou em operação comercial em junho de 2016. Em 23 de fevereiro de 2016, por meio do Despacho Nº 456, a ANEEL, de acordo com as deliberações da Diretoria, acatou e, portanto, postergou a data para início da comercialização de energia no ambiente regulado (CEAR) da Companhia, para o dia 1º de julho de 2016, a fim de conter a perda de receita em operação da Subestação SE João Câmara III. A energia elétrica produzida pela autoridade destina-se à comercialização na modalidade de produção independente de energia elétrica, em conformidade com as condições estabelecidas nos artigos 12, 15 e 16 da Lei nº 9.074/95, regulada pelo Decreto nº 2.003/96.

Central Eólica Baixa do Feijão II

Usinas
Modalidade
Outorga
Estado
Capacidade instalada (MW)
Energia assegurada (Mm)
Data do início da operação

COVID - 19 - Coronavirus - Impactos para a Companhia: Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) se pronunciou afirmando que a (COVID-19) é uma pandemia. Devido à situação, governos e o setor privado tomaram decisões significativas que, somadas ao impacto da pandemia, geraram incertezas para os agentes econômicos e podem gerar impacto nas demonstrações financeiras. No Brasil, os governos federal, estadual e municipal publicaram diversas medidas para conter a propagação da doença, incluindo o fechamento de escolas, comércio, restrição à livre circulação de pessoas e às atividades comerciais e serviços, além de viabilizar investimentos emergenciais na área da saúde. A Administração tem avaliado de forma constante o impacto da pandemia nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos da pandemia. A Companhia implementou uma série de medidas de precaução para que seus empregados não se exponham a situações de risco, tais como: instalação de comitê executivo específico para acompanhar as questões relativas ao COVID-19, restrição de viagens nacionais e internacionais e suspensão de visitas técnicas, utilização de meios de comunicação remota, home office para determinado grupo de empregados, intensificação da higienização das áreas comuns do escritório, etc. A Companhia adotou medidas adicionais para evitar a exposição dos seus empregados aos riscos de contaminação, garantindo a continuidade da prestação dos seus serviços, essenciais à sociedade. A EDP Renováveis S.A., sendo o principal acionista da Companhia, tem vindo a reforçar a sua posição financeira, com aporte de capital, tornando-a mais bem preparada para absorver os potenciais impactos que podem advir desta pandemia. A Companhia, como parte integrante das comunidades locais, está empenhada em apoiar a sua recuperação e desenvolvimento. A Companhia tem desenvolvido iniciativas em todas as localidades onde está presente para ajudar as comunidades locais no combate à pandemia, em coordenação com o Grupo EDP. A Companhia fez doações para bancos de alimentos, equipamentos médicos e kits de teste rápido. A resposta da Companhia à crise global está alinhada com o seu compromisso de manter uma relação de proximidade com as comunidades locais, buscando conhecer, respeitar e atender às suas necessidades, buscando contribuir para a melhoria das condições de vida das comunidades. A Companhia não teve gastos significativos em circunstâncias da pandemia para a construção do parque eólico. A Companhia não sofreu impacto significativo financeiro e econômico ao longo do exercício de 2021. Para 2022 o efeito financeiro e econômico, dependerá do desfecho da crise e seus impactos macroeconômicos, especialmente no que tange à retração na atividade econômica, bem como da extensão do isolamento social. A Companhia continuará monitorando constantemente os efeitos da crise e seus impactos econômicos e financeiros. **Continuação do exercício de 2021:** A ANEEL instaurou a audiência pública nº 034 para tratar da regulamentação referente aos procedimentos e critérios para apuração do montante e respectivo ressarcimento em decorrência de restrição de operação por constrained-off de usinas eólicas conectadas em rede básica ou demais instalações de transmissão (DIT) e que são despachadas centralizadamente ou parte de conjuntos de usinas consideradas na programação da operação. Simultaneamente, estabeleceu a COEE a suspensão dos ressarcimentos estabelecidos em contratos de energia elétrica no ambiente de contratação regulada (CEAR) e na contratação de energia de reserva aprovadas a partir de agosto de 2019, relativos a usinas eólicas objeto de pedidos de reconhecimento de constrained-off a ANEEL, como consubstanciado no Despacho nº 2.303, de 20 de agosto de 2019 ("Despacho"). O Despacho não trata, porém, das usinas que não possuem os referidos contratos. Em outubro de 2020, a Anel publicou Nota Técnica com a análise das contribuições e nova minuta de norma para a restrição de operação por constrained-off de usinas eólicas. No entanto, os eventos de indisponibilidade externa por restrições elétricas superaram 78 horas. A Companhia está avaliando os impactos financeiros da operação por constrained-off. A Companhia faz parte dos casos sobrestados na Anel cujos ressarcimentos referentes ao CCEAR encontram-se suspensos nos termos do referido Despacho.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. **Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e, com base nos planos da administração, entende que possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. A Administração da Companhia autoriza a emissão das demonstrações financeiras em 20 de julho de 2022. 2.2. **Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e aprofundamento são: a instalação de usinas eólicas, a avaliação de reservas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa nº 4.

3. MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de Reais, arredondadas para o milheiro quando indicado no texto. O arredondamento foi realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados quando somados podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para o momento da avaliação. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. • Imposto diferido: disponibilidade de lucro tributável futuro controlado pelo o prejuízo fiscal passivo será utilizado (nota explicativa nº 9.1); • Provisão para arrendamento: reconhecimento mensurável das provisões; principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos (nota explicativa nº 19); • Imobilizado: determinação da vida útil e do valor residual, com base em dados não observáveis significativos (nota explicativa nº 14); • Provisão para depreciação de ativos: reconhecimento mensurável das provisões; principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos (nota explicativa nº 18); • Receita operacional líquida: (ajuste de receita) premissas para determinação do valor da receita conforme sua geração, com dados da geração efetiva (nota explicativa nº 21); e • Provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis: reconhecimento mensurável das provisões e principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos (nota explicativa nº 28).

5. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente pela Companhia para os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. **a) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são considerados razoáveis para o momento da avaliação. **b) Receitas operacionais:** As receitas operacionais são reconhecidas pelo custo amortizado pelo custo amortizado que equivale ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço. **c) Concessionárias:** Representadas, basicamente, por contratos bilaterais de venda de energia futuros e não faturados. Os valores estão contabilizados de acordo com o regime de competência. Se o prazo de recebimento é diferente de 12 meses, os ganhos e as perdas são reconhecidos no balanço patrimonial. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. **d) Imobilizado:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzidos de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução do valor recuperável (impairment). No caso de substituição de componentes do ativo imobilizado, o novo componente é registrado pelo custo de aquisição (reposição) caso seja provável que traga benefícios econômicos para a Companhia. O custo de aquisição é o custo histórico do componente menos o valor do componente depreciado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado corrente quando o ativo é substituído. A depreciação é calculada pelo método linear, a taxa anual de 3,00% a 5,5% levando em consideração a vida útil estimada dos bens. Os valores estão sendo depreciados por essas taxas, desde que a vida útil estimada dos bens não ultrapasse o prazo da autorização, quando, então, são depreciados por este prazo. As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase de reconhecimento de custo, são reconhecidas no balanço patrimonial. Os custos de parques eólicos e depreciadas pelo período de operação dos devidos parques, limitados aos prazos de autorizações e registros. O valor residual foi estimado com base no valor de sucata extraível do parque eólico. A Companhia calculou o volume total de metal a ser reciclado (essencialmente aço e cobre) e avaliou-o com base nos preços históricos da sucata. Os ganhos e as perdas na alienação/baixa de um ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos adidos à alienação/baixa do ativo com o custo contábil do ativo. Os ganhos e as perdas são reconhecidos de acordo com o regime de competência. **e) Redução ao valor recuperável:** São avaliados os valores recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que eventualmente tenham resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento. **Ativos não financeiros:** A Administração da Companhia reconhece a redução ao valor recuperável de um ativo não financeiro, quando há evidências de que o valor recuperável não pode ser recuperado. Os valores recuperáveis foram determinados com base no valor em uso. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, e são avaliados com base no valor recuperável de cada UGC. O valor recuperável de uma UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de descontinuação do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **f) Demais ativos circulantes e não circulantes:** São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço. **g) Operações de arrendamento:** Em dezembro de 2017, foi emitido o CPC 06 (R2), em substituição à norma IFRS 16, que introduziu novas regras para as operações de arrendamento. O objetivo é garantir que os arrendatários e arrendadores forneçam informações relevantes de modo que representem fielmente essas transações. O CPC 06 (R2) requer que os arrendatários passem a reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento, incluindo os operacionais. Porém, foram citadas seguintes opções para arrendamentos de curto prazo e de baixo valor (Nota explicativa nº 19). Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O CPC 06 (R2), em geral, foi aplicado retrospectivamente a partir de 1º de janeiro de 2019 e substituiu o CPC 06 (R1). Operações de Arrendamento (IAS 17) e correspondentes interpretações. Esta norma impactou o registro das operações de arrendamento operacional que a Companhia possui. No entanto, a Companhia é arrendatária, ela reconheceu: (i) pelo direito de uso do objeto dos arrendamentos, um ativo; (ii) pelos pagamentos estabelecidos nos contratos, trazidos a valor presente, um passivo; (iii) despesas com depreciação dos ativos; e (iv) despesas financeiras com os juros sobre obrigações do arrendamento. Em contrapartida, a Companhia deixou de registrar no resultado os gastos relativos a aluguéis e arrendamentos enquadrados no CPC 06 (R2). A Companhia aplicou o CPC 06 (R2), utilizando o C2B (ii), a partir de 1º de janeiro de 2019. Os efeitos das mudanças foram avaliados de forma cumulativa, ou seja, o efeito da adoção foi reconhecido nos saldos de abertura em 1º de janeiro de 2019, sem atualização das informações comparativas. Assim sendo, a Companhia não adotou o expediente prático que a isentaria de aplicar o novo pronunciamento para contratos que anteriormente estavam no alcance CPC 06 (R1). A Companhia avaliou o pronunciamento, principalmente, para os contratos de arrendamento de terrenos do parque eólico, por apresentarem valores relevantes e por serem de longo prazo e ter natureza fixa de remuneração. Os efeitos desta adoção estão reconhecidos em arrendamentos, nas notas de Outros créditos - Ativo (nota explicativa nº 13) e Outras contas a pagar - Passivo (Nota explicativa nº 19), Imobilizado (Nota explicativa nº 14). Gastos operacionais (Nota explicativa nº 22) e Resultado financeiro (Nota explicativa nº 23). **h) Fornecedores:** Inclui, principalmente, os saldos a pagar a fornecedores de materiais e serviços e de encargos de uso da máquina e equipamento. Os saldos estão contabilizados de acordo com o regime de competência. **i) Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente nas datas em que são originados. Adicionalmente, são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. **j) Provisões:** Contingências: São reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando há evidências de que um recurso econômico seja exigido para saldar a obrigação e que o valor da perda possa ser estimado com razoável confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido, amparada por seus assessores legais externos. **Desmantelamento:** São constituídas quando existe uma obrigação legal de reposição ambiental ou contratual no final da vida útil dos ativos. Consequentemente, encontram-se constituídas provisões

Objeto do contrato	Contraparte	31/12/2021	31/12/2020
Ativo			
Clientes			
Compra e venda de energia - Mercado livre	Central Eólica Aventura II	126	24
Total		126	24
Passivo			
Fornecedores			
Compartilhamento de atividades	EDP Renováveis Brasil S.A	(175)	-
Contrato de monitoramento de operação	EDP Trading Comercialização e Serviços de Energia, S.A	(10)	(21)
Compra e venda de energia - Mercado livre	EDP Trading Comercialização e Serviços de Energia, S.A	-	(90)
Total		(185)	(111)
Dividendos			
Dividendos a pagar	EDP Renováveis Brasil S.A	(321)	(85)
Dividendos a pagar	China Three Gorges	(308)	(82)
Total		(629)	(167)
Total			
Compartilhamento de atividades e alocação de gastos: A EDP Renováveis Brasil, controladora da Companhia, é responsável pelos Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Gastos que contemplam as atividades das áreas corporativas, descritas no contrato de gestão de serviços, operação e manutenção, corrigido anualmente pelo IPCA. Contrato de monitoramento de operação do parque eólico: A Companhia celebrou contrato com a EDP PCH de monitoramento remoto do parque eólico, corrigido anualmente pelo IPCA até 2019. Após a venda da EDP PCH pelo grupo EDP, a EDP Comercialização e Serviços de Energia passaram a prestar o serviço de monitoramento remoto do parque eólico. Relacionamento da Companhia com cada contraparte: A controladora direta da Companhia é a EDP Renováveis Brasil S.A. e a controladora final é a EDP - Energias de Portugal S.A. A China Three Gorges Brasil Energia LTDA, é investidora não controladora. Remuneração dos administradores: A Companhia optou por não realizar pagamentos de remuneração do pessoal-chave da Administração através da Central Eólica Baixa do Feijão II S.A. no exercício findo em 31 de dezembro de 2021. A remuneração da Administração é paga pela Controladora EDP Renováveis Brasil S.A. A Companhia também não oferece benefícios adicionais de pagamento de benefícios pós-emprego, bem como não oferecem outros benefícios de longo prazo, tais como licença por tempo de serviço e outros benefícios por tempo de serviço. A Companhia também não oferece outros benefícios no desligamento de seus membros da alta administração, além daqueles definidos pela legislação trabalhista vigente no Brasil.			

Continuação

O saldo dos fornecedores corresponde substancialmente a materiais e serviços para manutenção do parque eólico.

17. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Compósitos do saldo de empréstimo, financiamento e encargos de dívidas

		Circulante	Não circulante						
		2021	2020			2021	2020		
BNDES		5.593	5.593	53.600	58.194	-	-		
Encargos de dívida		204	190	-	-	-	-		
Custo de transação		-	-	(225)	(269)	-	-		
Total		5.797	5.783	53.375	58.923				

O contrato vigentes, prazos, modalidades, custos e garantias da Companhia está apresentado a seguir:

Contrato				BNDES					
Instituição financeira				R\$ 73.600					
Valor contratado				30/12/2014					
Data da contratação				R\$ 73.600					
Valor liberado				30/12/2014 a 15/07/2032					
Vigência do contrato				TJLP e 2,25% a.a. fixo					
Custo da dívida				Principal e juros mensais					
Forma de pagamento				Amortização mensal					
Custo de transação									
Mutação dos empréstimos e financiamentos									

		Circulante	Não circulante	Custos de transação	Total				
		2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Saldo em 31/12/2020		5.593	190	5.783	58.194	59.193	(269)	58.924	
Pagamento de juros		-	(4.287)	(4.287)	-	-	-	-	-
Juros provisionados		-	4.301	4.301	-	-	-	-	-
Transferências		5.593	-	5.593	(5.593)	-	-	(5.593)	-
Pagamento principal		(5.593)	-	(5.593)	-	44	44	44	44
Saldo em 31/12/2021		5.593	204	5.797	53.600	(225)	53.375		

O vencimentos das parcelas do não circulante ocorrerá conforme descrito abaixo:

Ano de vencimento									
2021				5.451					
2022				5.451					
2023				5.451					
2024				5.451					
2025				5.451					
2026				5.451					
2027				26.346					
2028 a 2032				53.600					
Total				53.600					

Garantias contratuais:

Em virtude do referido empréstimo, a Companhia cedeu os seguintes itens como garantias: ações da Companhia, receita proveniente da venda de energia elétrica no ambiente regulado e os seus ativos de geração (máquinas e equipamentos). **Obrigações contratuais:** Adicionalmente, a Companhia ainda possui determinadas obrigações contratuais (covenants), em virtude do empréstimo contratado junto ao BNDES, às quais passaram a ser exigidas após o início das operações, que aconteceu a partir de 2016 (nota explicativa nº11). Abaixo detalhamos essas obrigações: • Apresentar em conta caução e depósito vinculado um saldo integral mínimo de O&M equivalente a 25% do valor anual a ser pago no ano subsequente; • Apresentar em conta caução e depósito vinculado um saldo disponível na conta de reserva de serviço de dívida no valor 3 (três) vezes o valor mensal do serviço da dívida incluindo principal e juros; • Manter uma geração mínima líquida de 115,37 GWh; • Manter anualmente um índice de cobertura da dívida de no mínimo, igual ou superior a 1,30. A Administração da Companhia monitora essas obrigações contratuais de forma sistemática e constante, assegurando-se assim de que essas obrigações sejam atendidas. A Companhia atendeu plenamente a todas as obrigações restritivas (covenants quantitativos e qualitativos) e cláusulas cujos indicadores deveressm ser mensurados na data base de 31 de dezembro de 2021.

18. PROVISÃO PARA DESMANTELAMENTO

Dismantelamento

A movimentação do dismantelamento no exercício é a seguinte:

		31/12/2021	31/12/2020						
		918	2.036						
Total		918	2.036						

Saldo em 31/12/2020

umento

Redução

Atualização monetária

Saldo em 31/12/2021

918

Provisões para dismantelamento são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual. Consequentemente, encontram-se constituídas provisões desta natureza nas usinas de geração de energia elétrica eólica para fazer face às respectivas responsabilidades relativas a despesas com a reposição dos locais e terrenos. Estas provisões são constituídas devido à existência de um contrato de arrendamento no qual está determinado que a Companhia deverá devolver o terreno nas mesmas condições em que o encontrou no momento inicial do arrendamento. A provisão para dismantelamento do Parque Eólico de Baixa do Feijão II está registrada em contrapartida ao imobilizado (nota explicativa nº 14). O prazo previsto para realização desta provisão é o término do contrato de arrendamento do Parque Eólico. As provisões são calculadas com base no valor atual das respectivas responsabilidades futuras. A Companhia revisa suas premissas para a provisão de dismantelamento periodicamente e, com a revisão finalizada em dezembro de 2021, registrou em seu balanço uma diminuição de R\$1.274. O cálculo do valor da provisão para dismantelamento dos parques eólicos foi efetuado com base na estimativa desses custos por entidades externas idôneas, experientes nesse tipo de atividade, projetado até ao fim da vida útil do parque eólico com atualização pelo IGP-M, e, posteriormente, calculado o valor presente dessa obrigação à taxa de desconto de 11,22% a.a.

19. OUTRAS CONTAS A PAGAR

		31/12/2021	31/12/2020						
		Circulante	circulante	Total	Circulante	circulante	Total		
Outras contas a pagar									
Credores - concessionárias (a)		1.701	4.695	6.396	1.401	3.109	4.510		
Provisão para arrendamentos (b)		53	2.340	2.392	140	2.300	2.440		
Total		1.753	7.035	8.788	1.541	5.409	6.950		

a) Credores - concessionárias:

O saldo de R\$ 6.396 na rubrica de Credores - concessionárias, no passivo, refere-se ao ajuste anual do contrato de suprimento de energia elétrica com as concessionárias (nota explicativa nº 8), atualizado pelo IGP-M. Esse contrato tem as seguintes características: (i) o contrato prevê o pagamento de receita fixa independente, sob garantia física pré estabelecida no contrato de fornecimento de energia; (ii) a contratação é feita com base em entregas anuais de energia; (iii) a CCEE realiza apurações anuais e quadriênis comparando a geração versus o montante contratado. O aumento no saldo se deu pela menor geração de energia na apuração quadriênis. b) **Provisão para arrendamentos:** A Companhia efetuou o registro dos montantes a pagar dos contratos de arrendamentos e aluguéis conforme demonstrados abaixo:

		Terrenos	Total						
		2.440	2.440						
Saldo em 31/12/2020									
Ações		260	260						
Pagamentos		(307)	(307)						
Saldo em 31/12/2021		2.392	2.392						

A Companhia obteve as suas taxas de desconto com base nas taxas médias de crédito observadas no mercado brasileiro para os prazos de seus contratos, ajustadas à realidade da Companhia. A taxa obtida foi de 10,85% a.a. em 31 de dezembro de 2021, as parcelas de longo prazo relativas aos arrendamentos apresentam os seguintes vencimentos:

Ano de vencimento									
2022				53					
2023				59					
2024				65					
2025				73					
2026				81					
2027 a 2031				568					
2032 a 2038				1.493					
Total				2.392					

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

20.1. Capital social:

O Capital social em 31 de dezembro de 2021 totalmente integralizado é de R\$40.551 (2020 R\$ 40.551). O capital social é composto de 40.590.122 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, sendo 51% da EDP Renováveis Brasil S.A. A composição acionária é como segue:

		31/12/2021	31/12/2020						
		Nº de títulos	%	Nº de títulos	%				
Acionistas									
EDP Renováveis Brasil S.A.		20.700.962	51%	20.700.962	51%				
China Three Gorges Brasil Energias Ltda.		19.889.160	49%	19.889.160	49%				
Total		40.590.122	100%	40.590.122	100%				

A Companhia não possui capital autorizado, conforme estatuto social. **20.2. Destinação do lucro:** Conforme definido no artigo 21 do Estatuto Social da Companhia, os acionistas têm direito de receber dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido, depois de deduzida a parcela de constituição da reserva legal, na forma da Lei nº 6.404/76, artigo 202. No entanto, a Companhia deverá observar o disposto no parágrafo primeiro do artigo 21 do Estatuto Social, devido ao contrato de financiamento junto ao BNDES, o qual prevê que a Companhia poderá deixar de distribuir dividendos, juros sobre o capital próprio a seus controladores ou acionistas, em função de obrigações financeiras assumidas para consecução de seu objeto social. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia obteve lucro e distribuiu 25% de dividendos obrigatórios e, não tinha impeditivos em relação à distribuição de dividendos junto ao BNDES.

		2021	2020						
Lucro líquido apurado no exercício		2.648	704						
Constituição de reserva legal (5%) (nota explicativa 20.3)		(132)	(35)						
Destinação do lucro ajustado		2.516	668						
Dividendo mínimo obrigatório		629	167						
Reserva de retenção de lucros (nota explicativa 20.4)		1.887	601						

Aos Administradores e Acionistas

Central Eólica Baixa do Feijão II S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Central Eólica Baixa do Feijão II S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Central Eólica Baixa do Feijão II S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como

20.3. Reserva de lucros - legal:

De acordo com o previsto no artigo 193 da Lei nº 6.404/76, 5% do lucro líquido do exercício deverá ser utilizado para constituição de reserva legal, que não pode exceder 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia mantém reserva no montante de R\$ 1.020 (R\$ 888 em 31 de dezembro de 2020) a título de reserva legal. **20.4. Reserva de lucros:** A reserva de retenção de lucros tem como objetivo principal atender aos planos de investimentos previstos em orçamento de capital para expansão da capacidade de geração direcionada para os empreendimentos. O orçamento de capital foi aprovado em AGO. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía o montante de R\$ 13.541 (R\$11.654 em 31 de dezembro de 2020).

21. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Receita operacional bruta		19.944	19.561						
Suprimento de energia elétrica		(1.886)	(3.095)						
Ajuste financeiro		1.449	(2)						
Energia comercializada no mercado de curto prazo (a)		93	-						
Outras receitas operacionais		93	-						
Total da receita operacional bruta		19.600	16.468						
Deduções à receita operacional		(715)	(601)						
PIS/COFINS		(715)	(601)						
Total de deduções		(715)	(601)						
Total da receita operacional líquida		18.885	15.867						
MWh comercializado (não auditado)		123	108						
(a) Com o aumento da geração a Companhia vendeu sua energia excedente no mercado livre.									

22. GASTOS OPERACIONAIS

22.1. Gastos operacionais

		2021	2020						
Custo do serviço		(2.078)	(1.906)						
Não gerenciáveis		(1.143)	(2.452)						
Encargos de uso da rede elétrica		(2.078)	(1.906)						
Energia elétrica comprada para revenda		(1.143)	(2.452)						
Gerenciáveis		(3.634)	(3.714)						
Serviços de terceiros e materiais		(537)	(608)						
Compartilhamento de custos		(3.672)	(3.769)						
Depreciação e amortização		(71)	(20)						
Aluguéis e arrendamentos		(75)	(16)						
Seguros		(156)	(20)						
Despesas tributárias		(75)	16						
Outras		(349)	-						
Total de custos gerenciáveis		(1.147)	(7.866)						
Total		(3.221)	(10.321)						

22.2. Despesas operacionais

		2021	2020						
Despesas operacionais		(715)	(601)						
Serviços de terceiros e materiais		(75)	(65)						
Outras		(44)	(143)						
Total		(119)	(208)						

23. RESULTADO FINANCEIRO

		2021	2020						
Receitas financeiras		691	346						
Renda de aplicações financeiras		284	730						
Juros recebidos		975	1.076						
Total de receitas financeiras		975	1.076						
Despesas financeiras		(4.301)	(4.503)						
Encargos de dívidas		(44)	(48)						
Comissões sobre financiamento		(156)	(75)						
Ajuste a valor presente		(260)	(265)						
Atualização financeira arrendamento		(78)	-						
Outras despesas financeiras		(4.840)	(4.891)						
Total de despesas financeiras		(3.865)	(3.815)						

24. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE

		RPJ	CSLL						
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	<td></td>	
Receita operacional		19.600	16.469	19.600	16.469				
Alíquota aplicável sobre receita bruta		8%	8%	8%	8%				
		1.568	1.318	2.352	1.976				
Receitas financeiras		975	1.076	975	1.076				
Base de cálculo		2.543	2.394	3.327	3.052				
Alíquota vigente		25%	25%	9%	9%				
Expectativa de crédito (débito) de impostos de renda e contribuição social às alíquotas vigentes		(636)	(598)	(299)	(275)				
Ajuste decorrente do adicional do IR		24	24						
Imposto corrente		(612)	(574)	(299)	(275)				
Alíquota efetiva		3,21%	3,49%	1,53%	1,67%				

25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Considerações gerais:

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratuais das versus condições vigentes no mercado por meio de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração, e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a Companhia não realize operações de derivativos e não utilize instrumentos financeiros para especulação. **25.1. Classificação dos instrumentos financeiros:** As classificações dos ativos e passivos financeiros e as políticas utilizadas pela Companhia para classificação, reconhecimento e mensuração estão divulgadas na nota explicativa nº 5.4.

		Nota	Categoria	Níveis	31/12/2021	31/12/2020			
Ativos financeiros									
Circulante									
Caixa e equivalentes de caixa		7	Custo amortizado	Nível 2	6.377	4.410			
Concessionárias		8	Custo amortizado	Nível 1	2.619	5.556			
Cações e depósitos vinculados		11	Custo amortizado	Nível 1	17.425	13.959			
Adeiantamentos a fornecedores		12	Custo amortizado	Nível 1	121	116			
Despesas antecipadas		13	Custo amortizado	Nível 1	53	81			
Outros créditos		13	Custo amortizado	Nível 1	36	-			
Não circulante									
Concessionários vinculados		11	Custo amortizado	Nível 2	3.037	2.987			
Partes relacionadas		10	Custo amortizado	Nível 1	24	-			
Total					29.992	27.109			

Passivos financeiros

Circulante									
Fornecedores		16	Custo amortizado	Nível 1	852	733			
Empréstimos e financiamentos		17	Custo amortizado	Nível 2	5.797	5.783			
Outras contas a pagar		19	Custo amortizado	Nível 2	1.633	1.541			
Partes relacionadas		10	Custo amortizado	Nível 1	629	167			
Não circulante									
Empréstimos e financiamentos		17	Custo amortizado	Nível 2	53.375	58.923			
Provisões		18	Custo amortizado	Nível 2	918	2.036			
Outras contas a pagar		19	Custo						